



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SÃO JOÃO DEL REI
CNPJ 24.729.097/0001-36
Av. Tiradentes, 389 – Centro – Caixa Postal 74
São João Del Rei – MG- CEP: 36.307-346
Tel.: (32) 3379-2000 Fax.: (32) 3379-2051
e-mail: ass.adm.santacasa@gmail.com

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei, fundada em 1783, de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia de São João Del Rei, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, é uma associação de direito privado de fins não econômicos, que tem por fim a assistência à saúde e assistência social através da promoção da pessoa humana e para tanto envidará esforços no sentido de: I – manter serviço de ambulatório e pronto atendimento, enfermarias gerais e específicas, e apartamentos para atendimentos necessários ao Sistema Único de Saúde (SUS), convênios contratados e pagamentos. II – manter convênios com entidades públicas, autárquicas ou particulares para atendimento aos contribuintes. III – colaborar com as autoridades sanitárias nas campanhas oficiais de vacinação, de prevenção de doenças, de esclarecimento e divulgação de preceitos e normas de saúde pública. IV – colaborar com o máximo de seus recursos hospitalares em caso de catástrofes que atinja a comunidade local e as cidades vizinhas. V – celebrar convênios com instituições educacionais do setor de saúde. Conta ainda com uma Operadora do Plano de Saúde SASC – Santa Casa de Saúde Complementar.

Diversificou sua abrangência na Assistência à Saúde nas diversas especialidades, sendo um centro de referência regional, respeitado e preparado para atender patologias de Média e Alta Complexidade, em franca expansão, traduzindo-se em excelência e tradição em saúde.

Somos um hospital filantrópico e privado, que presta na parcela predominante de sua atuação - assistência médica hospitalar às pessoas mais carentes, salvando vidas, hoje com cobertura em várias especialidades médicas reconhecidas pela Associação Médica Brasileira (AMB), responsável pelo atendimento de no mínimo 60% do Sistema Único de Saúde (SUS). É o principal Hospital da Gerência Regional de Saúde de São João Del Rei-MG, sendo referência em várias especialidades médicas na Rede de Urgência e Emergência, tem um vasto Corpo Clínico com as especialidades de Cirurgia, Anestesia, Obstetrícia, Vascular Periférica, Radiologia, Neurologia, Neurocirurgia, Ortopedia Clínica, Oncologia, Pediatria, Cardiologia, Cirurgia Plástica, Hematologia, Cirurgia Dentista, Homeopata, Fisioterapia, Dermatologia, Endocrinologia, Oftalmologista, Urologia, Otorrinolaringologia, Infectologia, Reumatologista, Psiquiatra, Pneumologia, Mastologista, Coloproctologista e Gastroenterologia, para cerca de 20 municípios da microrregião, com uma população aproximada de 250 mil habitantes, já as especialidades não existentes neste nosocômio referenciamos para a Santa Casa da Misericórdia de Belo Horizonte/MG.

O Pronto Atendimento conta com médico clínico geral, além de Centro de Imagens e Laboratório 24h à disposição. Possui 08 (oito) leitos, sendo um para pacientes críticos e sete de observação. Possui uma sala de espera, uma de triagem, uma de inalação, medicação, parada e procedimentos médicos; e um consultório médico. Conta com equipe médica, de

enfermagem, funcionários administrativos e com suporte do Setor de Apoio. Em nosso CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, dispomos de 158 leitos, sendo 20 de UTI (Adulto e Neonatal), destinados no mínimo a 60% dos usuários SUS. É referência regional para cerca de 20 municípios em Média e Alta Complexidade (UTI's). Pacientes de todas as faixas etárias, oriundas de São João Del Rei (89.378 habitantes – IBGE - Estimativa 2015) e os demais 20 municípios da GRS de São de João Del Rei (perfazendo uma população de referência de cerca de 250 mil habitantes), especialmente usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), além de ter todos os leitos regulados pel SUS FÁCIL - Central de Regulação de Leitos e Serviços, para cerca 20 municípios da Gerência Regional de Saúde de São João Del Rei.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução CFC 1.409/12 – ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros em conformidade com os preceitos da legislação e no que couber, às normas relativas às sociedades por ações (Lei 6.404/76) e alterações posteriores como a Lei 11.638/07, e obedecem ainda a legislação emanada pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme novo plano de contas estabelecido pela Resolução Normativa nº 418 de 26 de dezembro de 2016, como também parcialmente os aspectos relacionados à Lei 11.941/2009, e as regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2018, de forma a permitir a comparabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a.** adoção do Regime de Competência para o registro contábil das operações;
- b.** os ativos e passivos vencíveis até o término do exercício seguinte estão classificados como de curto prazo (circulante) e os excedentes como de longo prazo (não circulante);
- c.** as aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis e são mantidas até os seus vencimentos;
- d.** os direitos e as obrigações legais ou contratualmente sujeitos a atualização monetária ou encargos financeiros são atualizados até a data das Demonstrações Contábeis;
- e.** as férias vencidas e proporcionais e seus respectivos encargos são provisionados segundo o Regime de Competência;
- f.** As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.
- g.** a administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.
- h.** Os ativos são registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens determinada pela legislação fiscal.

- i. As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 274 de 20 de dezembro de 2011 e alterações posteriores para a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta, ou ainda da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 209/09 e nº 290/2012 e alterações.
- j. os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, há eventos realizados nestes prestadores que não são cobrados/avisados na sua totalidade. A Operadora, ao final de cada mês, reconhece os eventos ocorridos e não avisados mediante a constituição da PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.
- k. o Plano de Contas utilizado pela entidade é o estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Normativa nº 418 de 26 de dezembro de 2016.
- l. Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em notas explicativas.
- m. Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- n. Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação dos assessores jurídicos sobre as probabilidades de êxito.
- o. a preparação das Demonstrações Contábeis requer que a Administração, em determinadas situações, efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os valores reais podem, eventualmente, divergir daqueles estimados.

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A rubrica registra o faturamento decorrente da utilização do plano de saúde próprio, a saber:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
▪ Faturas a Receber Plano de Saúde	25.944	31.439
Total – R\$ 1	25.944	31.439

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE

A rubrica registra os valores de contas a receber decorrente de atendimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, empresas conveniadas de planos de saúde e pacientes particulares, a saber:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
▪ Contas a receber convênios	1.681.749	885.223
▪ Contas a receber Sus Interno e Externo	1.351.783	1.109.607
▪ Recursos Urgência e Emergência	487.381	200.000
▪ Contas a Receber-Cartões de Crédito	109.554	79.853
▪ Contas a Receber ProHosp	0,00	972.511
Total – R\$ 1	3.630.467	3.247.194

6. ESTOQUES

Nesse grupo contábil estão registrados os valores referentes aos Estoques , Sua composição é a seguinte:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
▪ Almojarifado (a)	230.576	168.000
▪ Medicamentos (a)	353.255	257.214
▪ Materias Uso Paciente(a)	367.811	360.285
Total – R\$ 1	951.642	785.499

- a. Os estoques de farmácia e almojarifado são avaliados ao custo médio de aquisição, sem exceder o valor de mercado;

7. OUTROS BENS E TITULOS A RECEBER

Estão registrados nesse grupo, todos os adiantamentos a médicos e funcionários como também os juros a apropriar a curto prazo sobre os empréstimos adquiridos ,num montante de R\$ 1.570.412

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Estão registrados nesse grupo contábil os valores correspondentes aos juros a apropriar ao longo prazo sobre os empréstimos adquiridos, valores a receber do Sus câmara de compensação e AIHs represadas da UTI como também os valores de depósitos judiciais sobre os Eventos Sinistros a Liquidar (Ressarcimento ao SUS).Conforme demonstrado a seguir:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
▪ Sus Receber Camara de Compensação	869.895	1.086.906
▪ Juros a Apropriar de Longo Prazo	6.033.765	7.473.765
▪ Depósitos Judiciais Eventos Sinistros	126.248	126.248
Total – R\$ 1	7.029.908	8.686.919

9. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens.

Os bens patrimoniais podem ser assim demonstrados:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
▪ Terrenos	803	803
▪ Edificações	2.673.352	2.673.352
▪ Instalações	358.623	358.623
▪ Equipamentos hospitalares	14.416.966	14.122.761
▪ Móveis e utensílios	2.127.065	2.023.828
▪ Computadores e periféricos	482.984	294.948
▪ Veículos	0.00	0.00
▪ Máquinas e equipamentos Não hospitalares	29.815	39.157
▪ Imobilizações em curso	1.131.908	359.502
Subtotal	21.221.516	19.872.974
▪ Depreciações acumuladas	(7.525.842)	(6.865.616)
Total líquido – R\$ 1	13.695.674	13.007.358

Segue abaixo quadro de movimentação do ativo imobilizado no ano de 2018:

Classificação	Saldo Inicial	Saldo Final		
		Adições	Baixas	31.12.2018
Imóveis de uso próprio	31.12.2017			
Terrenos	804	-	-	804
Edificações	2.673.352	-	-	2.673.352
Total do grupo	2.674.155	-	-	2.674.155
Instalações	31.12.2017			
Instalações	358.623	-	-	358.623
Total do grupo	358.623	-	-	358.623
Máquinas e Equipamentos	31.12.2017			
		Adições	Baixas	31.12.2018

Equipamentos Hospitalares	14.122.761	1.384.112	1.089.906	14.416.966
Total do grupo	14.122.761	1.384.112	1.089.906	14.416.966
Informática	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Equipam. Proc. De Dados/Hardware	294.948	188.036	-	482.984
Total do grupo	294.948	188.036	-	482.984
Móveis e Utensílios	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Móveis e Utensílios	2.023.828	133.365	30.129	2.127.065
Total do grupo	2.023.828	133.365	30.129	2.127.065
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Máquinas e Equipamentos Não Hospitalares	39.157	-	-	39.157
Total do grupo	39.157	-	-	39.157
Imobilização em Curso	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Obras	359.502	75.140	-	434.642
Equipamento de Radioterapia/Braquiterapia	-	697.267	-	697.267
Total do grupo	359.502	772.406	-	1.131.908
Depreciação Acumulada (-)	6.865.616	-	669.569	7.535.185
TOTAL GERAL	13.007.359	2.477.919	1.789.604	13.695.674

10. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT

A Santa Casa da Misericórdia de São João del Rei avaliou os saldos do ativo do imobilizado e do ativo intangível com vida útil definida. Os testes compreenderam a preparação de laudos de avaliação dos imóveis devidamente elaborados por profissionais especializados, de forma a verificar o grau de recuperação desses ativos.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da entidade, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado em contrário.

As principais premissas para o período de 2018 utilizadas no processo de avaliação foram:

Receita de Prestação de Serviços: crescimento diferenciado de volumes e de preço nas diferentes categorias de serviços nas Unidades Operacionais, considerando-se o investimento incremental para aumento de capacidade de e/ou investimento de manutenção da infraestrutura existente. Onde é possível verificar a capacidade dos ativos na geração de caixa e conseqüentemente lucro operacional para a entidade.

Custos e despesas: estimativa compatível com o desempenho histórico da Unidade Operacional, crescimento das receitas e incorporação de ganhos de eficiência decorrentes de melhorias de processos e de sinergias geradas nas combinações de negócios.

Investimentos de capital: estimados considerando-se a manutenção da infraestrutura existente e investimento incremental para viabilizar novo potencial de oferta de produtos e consequente aumento de receitas.

Laudos de avaliação dos imóveis: laudo de avaliação devidamente elaborado por profissionais especializados.

Percebe-se através da demonstração de Superávit/Déficit do Exercício, tal como do Balanço Patrimonial (Grupo Passivo - Empréstimos e Financiamentos a Pagar); que os ativos (Máquinas e Equipamentos Hospitalares) envolvidos no cumprimento da missão da Santa Casa da Misericórdia de São João del Rei não são capazes de gerar caixa suficiente para suprir as necessidades dessa entidade, necessitando dos recursos de subvenção e do capital de terceiros para suprir as necessidades econômico-financeiras da associação. Os Convênios Públicos recebidos pela Santa Casa fazem parte de uma política de governo estadual e federal, pois é notório que hospitais filantrópicos como a Santa casa da Misericórdia de São João del Rei, mesmo com todo investimento em gestão e equipamentos, não conseguem gerar caixa suficiente ao ponto de gerarem superávit para a entidade.

Com base nessas premissas, conclui-se que não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, não havendo a necessidade de provisão para *impairment*.

11. INTANGÍVEL

A Santa Casa a partir de 01 de junho de 2016 passou a controlar o setor de oncologia que era terceirizado fazendo um investimete inicial com as melhorias na estrutura desse serviço em 2018 foram amortizados os valores conforme demonstrado a seguir:

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Indenização Investimentos Setor de Oncologia	1.000.000	-	590.800	409.200
TOTAL R\$1	1.000,000	-	590.800	409.200

12. PROVISÕES TÉCNICAS

A ANS publicou em 22 de dezembro de 2009 a RN 209, alterada pelas Resoluções Normativas RN's 227/10, 243/10, 247/11, 313/12, 322/13, 392/15 e 403/16 e Instrução Normativa (IN) 50/12, que estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de Patrimônio Líquido Mínimo. Obedecendo a legislação a Operadora apresentou os seguintes saldos de provisão técnicas:

a) Provisões de Prêmios / Contraprestações Não Ganhas

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no ultimo dia do mês de

competência, pelo risco já decorrido no mês, a apropriação da receita deve ser registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

Provisão de Prêmios Contraprestações Não Ganhas	31.12.2018	31.12.2017
Contraprestações Emitidas Antecipadamente	176.889	168.322
Total R\$1	176.889	168.322

b) Provisões de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS

A Entidade provisionou o total de ressarcimento ao SUS constante no site da ANS acrescido das correções por atraso. O total provisionado em 31/12/2018 é de R\$ 469.209,95 sendo que deste valor R\$ 279.065,41 se referem a débitos parcelados. Conforme demonstrado a seguir:

	Exercício findo em:			
	31.12.18		31.12.17	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
▪ ABIS x %hc	145.984	0,00	170.849	0,00
▪ Débitos Pendentes	44.160	0,00	0,00	0,00
▪ Débitos Parcelados	155.307	123.759	165.719	254.678
Total – R\$1	345.451	123.759	336.568	254.678

c) Provisões de Eventos / Sinistros a Liquidar para outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Os Eventos a Liquidar com operações de assistência médica e odontológica são classificadas como Provisão de Eventos a Liquidar (PESL), no grupo Provisões Técnicas de Operações de Assistência Médica de acordo com a RN 290/12, alterada pela RN 322/13.

Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serviços Assistenciais

Provisão de Eventos a Liquidar	31.12.2018	31.12.2017
Rede Contratada/Credenciada	32.706	69.948
Total- R\$1	32.706	69.948

d) Provisões de Eventos/Sinistros Ocorridos e não avisados (PEONA)

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA foi calculada de acordo com a Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e RN 274 de 2011, seguindo regras da ANS até que haja metodologia de cálculo própria, para fazer frente ao pagamento dos eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Entidade.

Provisões de Eventos Ocorridos e Não avisados (PEONA)

	31.12.2018	31.12.2017
PEONA	335.273	312.567
Total R\$1	335.273	312.567

13. DÉBITOS NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE

Estão registrados nesse grupo, todos os Honorários Médicos e SADTS decorrentes da atividade Hospitalar da Entidade como honorários de AIH, repasses de convênios e plantões médicos não relacionados com o plano de saúde da operadora num montante de R\$ 1.222.404,14

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Estão registradas todas as obrigações fiscais da Entidade e podem ser assim resumidas:

	Exercício findo em:	
	31.12.18	31.12.17
	Circulante	Circulante
▪ Encargos Sociais a Recolher (a)	424.440	752.549
▪ Tributos Retidos	438.330	411.767
Total – R\$1	862.770	1.164.316

α. Em Encargos Sociais a Recolher estão registrados os valores de INSS, FGTS, e Mensalidade Sindical;

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos foram renegociados e estão garantidos por aval dos Administradores . Os vencimentos estendem-se de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 e apresentam a seguinte composição:

	Exercício findo em			
	31.12.18		31.12.17	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
▪ Empréstimo-Unicred	2.645.243	15.698.244	2.795.759	18.237.579
▪ Cheques a Compensar	10.061	0,00	46.476	0,00
Total – R\$1	2.655.304	15.698.244	2.842.235	18.237.579

16. DÉBITOS DIVERSOS

Podem assim ser resumidos:

	Exercício findo em:			
	31.12.18		31.12.17	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
▪ Obrigações com Pessoal (a)	1.938.153	-	1.942.260	-
▪ Fornecedores Bens e Serviços	1.763.802	-	1.150.935	-
▪ Convênios Públicos a Realizar	1.630.147	-	383.442	-

▪ Receitas Diferidas Subvenções Públicas	-	3.209.200	-	3.800.000
▪ Outras Obrigações	6.910	-	6.358	-
Total – R\$1	<u>5.339.012</u>	<u>3.209.200</u>	<u>3.482.995</u>	<u>3.800.000</u>

- a. Em Obrigações com Pessoal estão registrados os Salários do mês de dezembro, Provisões de Férias e Encargos sobre Férias.

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Estão registrados os valores das contingências na área Cível e trabalhista com probabilidade de perda provável, conforme parecer jurídico como também os acordos realizados que já estão sendo pagos pela entidade, conforme demonstramos a seguir:

	Exercício findo em			
	31.12.18		31.12.17	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
▪ Reclamações Cíveis	0,00	271.000	0,00	252.000
Total – R\$1	<u>0,00</u>	<u>271.000</u>	<u>0,00</u>	<u>252.000</u>

18. COBERTURA ASSISTÊNCIAL

Em novembro de 2013 a ANS enviou o Ofício Circular nº 01/2013/DIOPE/ANS para as Operadoras de Planos de Saúde lembrando das exigências dispostas na Resolução Normativa nº 290/2012, item 7.1.1, Anexo Capítulo I – Normas Gerais, acerca dos registros de segregação de despesas. A distribuição dos saldos do quadro auxiliar intitulado EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está consistente com os valores do grupo

Os quadros abaixo foram preenchidos pelos valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações.

(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Planos Individuais/Familiares antes da Lei: 41111101

Consulta Médica	Consultas Médicas	Internações	TOTAL
Rede Própria	20.689,64	324.784,68	345.474,32
Rede Contratada	123.931,48	28.191,40	152.122,88
Reembolso	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00
TOTAL	144.621,12	352.976,08	497.597,20

Planos Individuais/Familiares pós Lei: 41111102

Consulta Médica	Consultas Médicas	Internações	TOTAL
Rede Própria	12.451,86	77.503,91	89.955,77
Rede Contratada	39.458,25	6.522,52	45.980,77
Reembolso	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00
TOTAL	51.910,11	84.026,43	135.936,54

(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)**Planos Coletivos por Adesão antes da Lei: 41111103**

Consulta Médica	Consultas Médicas	Internações	TOTAL
Rede Própria	71.956,67	640.846,08	712.802,75
Rede Contratada	164.916,29	24.783,99	189.700,28
Reembolso	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00
TOTAL	236.872,96	665.630,07	902.503,03

Planos Coletivos por Adesão pós Lei: 41111104

Consulta Médica	Consultas Médicas	Internações	TOTAL
Rede Própria	26,40	31.139,51	31.165,91
Rede Contratada	27.017,35	7.589,01	34.606,36
Reembolso	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00
TOTAL	27.043,75	38.728,52	65.772,27

18.1 O valor total do grupo 4111 com posição até 31/12/2018 é de R\$ 1.716.704,24 que correspondem ao somatório dos grupos demonstrados nos quadros acima R\$ 1.601.809,04 mais o montante de R\$ 114.895,20 relativos ao Ressarcimento ao Sus.

19. INFORMAÇÕES RELEVANTES**a. Subvenções Governamentais para Custeio e Investimentos**

As subvenções são oriundas de recursos estaduais e federais, através dos Projetos Pro-Hosp, Timemania, Rede Resposta Urgência e Emergência Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos do SUS e do Fundo Nacional de Saúde, as quais se destinam ao custeio próprio e aquisições de bens de natureza permanente, sem contrapartida do Hospital. Neste aspecto, pode se demonstrar:

Subvenções Recebidas (Investimento e Custeio) em 2018

Convênio	Data de Recebimento	Valor
Resolução Estadual nº 5952	29/01/2018	R\$ 200.000,00
Convênio 835207/2016	12/03/2018	R\$ 100.000,00
Resolução Estadual nº 6013	02/07/2018	R\$ 100.320,18
Rede Resposta Urgência e emergência Parcela Extra		R\$ 2.400.000,00 R\$ 800.000,00
Rede Cegonha	26/01/2018 25/07/2018 12/09/2018 11/12/2018 18/01/2018 19/02/2018 14/03/2018 11/04/2018 18/05/2018 12/06/2018 12/07/2018 13/08/2018 12/09/2018 10/10/2018 07/11/2018 06/12/2018 11/12/2018 11/12/2018	R\$114.975,00 R\$114.975,00 R\$38.325,00 R\$263.676,00 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$61.565,28 R\$74.460,00 R\$21.589,38 Total:R\$ 1.366.783,74
Portaria 1340/2018	01/10/2018	R\$ 150.000,00
Portaria 2991	29/11/2018	R\$ 360.000,00
Portaria 1546	05/07/2018	R\$ 400.000,00
Convênio entre o município e Santa Casa	24/05/18	R\$ 200.000,00
Prohosp	14/05/2018 26/07/2018 23/08/2018 18/10/2018 04/12/2018	R\$ 226.919,14 R\$ 149.941,29 R\$ 74.964,36 R\$ 76.990,42 R\$ 311.545,26 Total R\$ 840.360,47
Timemania	20/11/2018	R\$ 23.854,42
TOTAL		6.941.318,81

b. Garantias Financeiras

A Resolução Normativa nº 159 da ANS estabelece a necessidade de estabelecer garantias financeiras para as provisões efetuadas de acordo com o estabelecido na RN nº 209 e suas alterações. Em 31.12.18 as garantias totalizavam R\$ 273.740,29, representadas por uma aplicação financeira vinculada a ANS.

“Referem-se a aplicações em fundos de investimentos privados representado exclusivamente por títulos públicos, para garantia da Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados e Ressarcimento ao SUS. A aplicação está demonstrada ao custo, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e não superam o valor de mercado. As garantias financeiras vinculadas até a data do balanço obedecem a critério previsto na Resolução Normativa RN nº 392/2015 e suas alterações, independente da constituição total ou acima da proporcionalidade das provisões técnicas”.

c. Margem de Solvencia/Patrimônio Mínimo Ajustado

A Santa Casa da Misericórdia de São João del Rei apresenta Margem de Solvência suficiente em relação ao disposto na Resolução Normativa nº 209 da ANS e suas alterações conforme demonstramos em quadro a seguir.

Margem de Solvência	2018	2017
A- Contraprestações Líquidas -Preço Pré Estabelecido -dos últimos 12 meses	3.919.838,93	3.677.262,45
B -Média Eventos inden Líquidos- Preço Pré Estabelecido- dos últimos 36 meses	1.372.127,93	1.072.732,79
C- Contraprestações Líquidas -Preço Pós Estabelecido- dos últimos 12 meses	0,00	0,00
D- Média Eventos inden Líquidos- Preço Pós Estabelecido- dos últimos 36 meses	0,00	0,00
VALOR I 20% X (A+50%XC)	783.967,79	735.452,49
VALOR II 33% X (B+50%XD)	452.802,22	354.001,82
MARGEM DE SOLVENCIA CALCULADA MAIOR ENTRE VALOR I E II	783.967,79	735.452,49
FATOR DE ESCALA DE TRANSIÇÃO 70,52% = 41% ate 2014+0,615am	552.854,08	464.364,70
MARGEM DE SOLVENCIA EXIGIDA	552.854,08	464.364,70

Patrimônio a ser comparado a margem de solvência	2018	2017
Patrimônio Líquido Data Base	3.577.450,80	2.041.184,13
Ajuste no Patrimônio Líquido		
Intangível	(409.199,91)	(1.000.000,00)
Total de Ajustes	(409.199,91)	(1.000.000,00)
Patrimônio Líquido ajustado	3.168.250,89	1.041.184,13
Necessidade de Margem de Solvência	552.854,08	464.364,70
MARGEM DE SOLVÊNCIA SUFICIENTE	2.615.396,81	576.819,43

Patrimônio Mínimo Ajustado	2018	2017
Capital Base	8.503.232,69	8.145.639,13
Fator K	2,90%	2,90%
PMA Total	246.593,75	236.223,53
PMA Exigido	246.593,75	236.223,53
PL Ajustado	3.168.250,89	1.041.184,13
NECESSIDADE DE PMA	Suficiente	Suficiente

d. Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

e. Precificação

Os preços praticados pela operadora para utilização da rede própria seguem tabela de preços comuns a todos os demais convênios (Tabela AMB para Procedimentos e SADT, CBHPM para cobrança dos Honorários Médicos, SIMPRO para materiais e OPME e Brasíndice para cobrança de medicamentos). Não foi registrada qualquer despesa do hospital como despesa administrativa, ainda que seja relacionada à água, energia elétrica ou qualquer outro gasto com funcionamento.

20. INDICADORES FINANCEIROS

INDICES / INDICADORES	31.12.2018	31.12.2017
CAPITAL CIRCULANTE	1.744.871	1.891.164
LIQUIDEZ CORRENTE	1,16	1,20
SOLVÊNCIA	1,12	1,06
ENDIVIDAMENTO	0,89	0,94
IMOBILIZAÇÃO	3,83	6,37
GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL	8,46	15,58
RENTABILIDADE DO ATIVO	0,05	0,02
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO	0,75	0,61
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.536.267	774.000

Fórmulas e Significados

- **Capital Circulante** – Deve ser sempre positivo. O resultado negativo neste índice indica a forte necessidade de capital de giro bem como uma situação extremamente desconfortável para a empresa. É indicado pela seguinte fórmula: $(\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante})$
- **Liquidez Corrente** – Indica quantos reais estão disponíveis para cada real de passivo a pagar no curto prazo indicado pela seguinte fórmula: $(\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante})$.
Entre 0,00 e 1,00 – insatisfatório
Entre 1,01 a 1,50 – bom
Acima de 1,51 – muito bom
- **Solvência** – Indica quanto a empresa dispõe para pagar todas as suas dívidas com seu ativo total apurado pela seguinte fórmula: $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo})$.
Entre 0,00 e 1,00 – insatisfatório
Entre 1,01 a 1,50 – bom
Acima de 1,51 – muito bom

- **Endividamento** – avalia se as operações estão acima do limite com capital de terceiros através da seguinte fórmula: $(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}) / \text{Ativo Total}$.
Abaixo de 1,00 – normal
Acima de 1,00 – forte necessidade de capital de giro e possibilidade de inadimplência no curto prazo.
- **Imobilização** – indica o quanto do capital próprio foi investido em bens do ativo permanente através da seguinte fórmula: $(\text{Ativo Permanente} - \text{Diferido}) / \text{Patrimônio Líquido}$.
Admite-se um índice de até 50%, porém, quanto mais baixo este índice maior o capital de giro a custo zero. Depende das características de cada empresa e de seus administradores. Resumidamente temos que quanto menor esse índice, melhor poderá ser a situação financeira da empresa.
- **Grau de Endividamento Geral** – Mostra o nível de participação dos capitais de terceiros que foram captados pela organização em relação ao capital dos sócios. Em princípio, quanto menor o resultado deste índice menor será o grau de vulnerabilidade da empresa. É calculado através da fórmula: $(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}) / \text{Patrimônio Líquido}$.
- **Rentabilidade do Ativo** – Mostra o grau de recuperação dos ativos da empresa. É uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido, e assim poder capitalizar-se. Assim, em princípio, quanto maior for esta relação, melhor representará a administração dos recursos captados pela empresa. É calculado através da fórmula: $\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$.
- **Rentabilidade do Patrimônio** – O papel do índice de rentabilidade do patrimônio líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do capital próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado. Com isso pode-se avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior. É calculado através da seguinte fórmula: $\text{Lucro Líquido} / (\text{Patrimônio Líquido} - \text{Lucro Líquido do exercício atual})$.

Carlos Antonio Neves Teixeira
Provedor
CRM 25.414
CPF 579.911.626-72

Alzaléia Sara Zanetti Reis
Contadora
CRC MG 071. 432-0
CPF 037.182.696-94